



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005370-18.2017.8.26.0566 - 2017/001563**
Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
Autor do Fato: **ERIC HENRIQUE SCARPE SCOPIN**
Data da Audiência: **11/04/2018**

Justiça Gratuita

Aos 11 de abril de 2018, às 14:00h horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de **Posse de Drogas para Consumo Pessoal**. Verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato, **ERIC HENRIQUE SCARPE SCOPIN**, desacompanhado de defensor tendo o MM. Juiz nomeado a DPE, estando presente neste ato o **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao acusado a pena restritiva de direito consistente na prestação de serviços à comunidade, em local a ser determinado pelo Juízo, a qual deverá ser cumprida dentro de 30 dias. Pelo autor da infração e defensor foi dito que aceitavam a proposta oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **ERIC HENRIQUE SCARPE SCOPIN** e considerando que o(a) Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)(s) acusado(a)(s), uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)(s) infrator(a)(s) **ERIC HENRIQUE SCARPE SCOPIN** a pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, a qual consistirá em tarefas que serão prestadas junto à CENTRAL DE PENAS e MEDIDAS ALTERNATIVAS REGIONAL - RUA TREZE DE MAIO, Nº 1697, CENTRO (FONE: 3364-2670), SÃO CARLOS-S.P, correspondendo a uma jornada de trabalho de 10 horas, que deverá ser cumprida dentro de 30 dias e atestada pela entidade. Oficie-se à entidade, comunicando a situação e solicitando as informações necessárias sobre o cumprimento das condições as quais deverão ser encaminhadas à este Juízo. A seguir, o(a) Ministério Público, o(a)(s) autor(a)(es) do fato e o(a)(s) Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. A comprovação do cumprimento da pena será feita nestes próprios autos. Caso não seja quitada a transação, o feito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

seguirá o seu curso, com o oferecimento de denúncia. Comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. **Cumprida a transação e decorrido o prazo, proceda-se a incineração destes autos, nos termos das NSCGJ.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Promotor:

Defensor Público:

Autor do Fato: